

FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO

FERNANDO CESAR FERREIRA PETRUNGARO

**O DEVER FUNDAMENTAL DA PATERNIDADE: REFLEXOS DA AUSÊNCIA DA
FIGURA PATERNA NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS**

VITÓRIA
2022

FERNANDO CESAR FERREIRA PETRUNGARO

**O DEVER FUNDAMENTAL DA PATERNIDADE: REFLEXOS DA AUSÊNCIA DA
FIGURA PATERNA NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito de Vitória, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Sant'Ana Pedra

VITÓRIA
2022

FERNANDO CESAR FERREIRA PETRUNGARO

**O DEVER FUNDAMENTAL DA PATERNIDADE: REFLEXOS DA AUSÊNCIA DA
FIGURA PATERNA NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito de Vitória, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Sant'Ana Pedra

Aprovada em: 15 de agosto 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Adriano Sant'Ana Pedra
Faculdade de Direito de Vitória
Orientador

Prof. Dr. Alexandre de Castro Coura
Faculdade de Direito de Vitória

Prof^a. Dr^a. Gilsilene Passon P.
Francischetto
Faculdade de Direito de Vitória

Prof. Dr. Ricardo Gueiros Bernardes Dias
Universidade Federal do Espírito Santo

“As maiores almas são capazes dos maiores vícios, assim como das maiores virtudes; e aqueles que só caminham muito lentamente podem avançar muito mais, se sempre seguirem o caminho certo, do que aqueles que correm e dele se afastam.”

René Descartes

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado saúde e energia para tornar essa trajetória mais leve, apesar das adversidades trazidas pela pandemia da covid-19.

À minha família, pela criação e educação que me deram, demonstrando, durante toda vida em que moramos juntos, a importância do conhecimento.

À minha esposa Shayenne, pelo incentivo, apoio e paciência, que me permitiram abrir mão de muitos momentos juntos para me dedicar a esse trabalho.

À minha pequena Hannah, ser que me tornou mais humano, trazendo alegria e companheirismo aos meus momentos de estudo.

Ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo, instituição na qual ingressei no ano de 2006 e que me deu a oportunidade de, por mais de uma vez, trabalhar em defesa dos interesses das crianças e dos adolescentes, servindo como base para o presente.

Ao meu orientador, Professor Adriano Sant'Ana Pedra, por ter me recebido durante essa caminhada, sendo sempre presente e disponível para minhas demandas, cujos apontamentos precisos permitiram uma produção científica constante e segura.

Também agradeço aos meus professores das disciplinas do Mestrado e aos colegas de Grupo de Pesquisa, em especial aos professores Gilsilene Passon P. Francischetto e Alexandre Castro Coura, este último um dos meus maiores incentivadores.

Ao professor Ricardo Gueiros Bernardes Dias pela disponibilidade imediata e honraria em aceitar o convite de compor esta banca de defesa.

Aos psicanalistas Dr. Antônio Carlos Félix, Dra. Cláudia Pretti e Dra. Renata Conde Vescovi, que colaboraram no aprimoramento deste trabalho, através de seus conhecimentos específicos sobre tema tão relevante.

Ao apoio de pessoas chave, como minha psicanalista, Evelize Louzada, e os amigos Elizelton e Raquel, que me incentivaram e contribuíram na realização das pesquisas apresentadas neste trabalho.

À colega Renata Lordello Colnago, que foi extremamente solícita ao me franquear acesso, junto ao gerente da Unidade de Internação Metropolitana (Unimetro), Ricardo Costa, aos jovens apreendidos naquela Unidade de Internação, para a realização de todas as entrevistas constantes deste trabalho; bem como todos os servidores da

Secretaria de Estado da Justiça que estiveram presentes para a viabilidade das entrevistas.

Agradeço, por fim, a todos os jovens entrevistados, que compartilharam comigo suas histórias de vida, dramas, angústias e expectativas de futuro.

RESUMO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad) possui diversos mecanismos de proteção aos menores de idade, em especial quando há violação em suas garantias. Os pais, por seu turno, possuem o dever fundamental de prestar os cuidados necessários ao crescimento e ao desenvolvimento dos filhos ou pupilos, em todas as esferas, dentro da sociedade. Diversos estudos buscam analisar o adolescente e o cometimento de atos infracionais, todavia se deixa de lado o entendimento acerca das razões que o levam a cometê-los. Assim, busca-se com esta dissertação elaborar possíveis motivos que contribuem para o ingresso do adolescente no mundo dos atos ilícitos, nesse caso, a ausência da figura paterna. Dentre inúmeras razões, a criação dos filhos é uma das mais relevantes, visto que os pais possuem responsabilidade direta na formação das crianças e dos adolescentes. No curso dessa análise, serão abordados os deveres fundamentais que são aplicados em favor do adolescente, bem como as responsabilidades dos genitores e tutores para com a criação de seus pupilos. Por meio de um estudo de campo, será possível responder que a ausência paterna gera efeitos negativos no crescimento da criança e do adolescente. O abandono paterno, em todos os seus sentidos, gera a perda de direção por parte do abandonado, ocasionando diversas consequências danosas. Assim, o presente estudo tem por objetivo pesquisar, inclusive com trabalho de campo, e demonstrar a relevância do dever legal dos pais e a função paterna no desenvolvimento dos filhos; bem como as consequências psíquicas, sociais e jurídicas em decorrência de sua ausência. A relevância deste trabalho traz a importância da função paterna na criação dos infantes, demonstrando as consequências de sua ausência, como a desobediência; a falta de respeito às autoridades; o abandono aos estudos e, em última instância, a prática de atos infracionais.

Palavras-chave: Adolescentes. Deveres fundamentais. Obrigação paterna.

ABSTRACT

The Statute of Children and Adolescents (Ecriad) has several protection mechanisms, especially when there is a violation of its rules. Parents have a fundamental duty to provide the necessary care for the growth and development of their children or wards, in all areas of life, within society. Several studies seek to analyze the commission of infractions by adolescents, however, the understanding of the reasons that lead them to commit those infractions are left aside. In this sense, this dissertation seeks to elaborate possible reasons that contribute to the entry of adolescents into the world of illicit acts, in this case, the absence of a father figure. Among many reasons, raising children is one of the most relevant since parents have direct responsibility for the education of children and adolescents. Over the course of this analysis, this work will seek to address the fundamental duties that are required in favor of adolescents, as well as the responsibilities of parents and tutors towards raising their pupils. Through a field study, it will be possible to conclude that father absence generates negative effects on the growth of children and adolescents. Paternal abandonment, in all its senses, generates the loss of direction of the abandoned child, causing several harmful consequences. Thus, the present study aims to research, including through fieldwork, and demonstrate the relevance of the legal duty of the parents and the paternal role in the development of children; as well as the psychological, social and legal consequences, that come as a result of their absence. The relevance of this work relates to the importance of the paternal role in the upbringing of infants, demonstrating the consequences of absence, such as disobedience; the lack of respect for authorities; the abandonment of studies and, ultimately, the practice of infractions.

Keywords: Adolescents. Fundamental duties. Paternal obligation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisa de campo.....	83
-----------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Motivo que levou o adolescente a cometer o ato	107
-----------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Art. – Artigo

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

Ecriad – Estatuto da Criança e do Adolescente

Unimetro – Unidade de Internação Metropolitana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DEVER FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DE SUAS FACETAS	17
1.1 OS PRECEITOS INERENTES AO DEVER E O DEVER FUNDAMENTAL	20
1.1.1 Classificação dos deveres fundamentais	22
1.1.2 Espécies de deveres fundamentais	25
1.1.3 Titulares e destinatários dos deveres fundamentais	29
1.2 A EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	30
1.2.1 Teoria da eficácia indireta (mediata)	32
1.2.2 Teoria da eficácia direta (imediate)	34
1.2.3 Teoria da <i>state action</i>	36
1.3 DEVERES DE PROTEÇÃO	37
1.4 CONVERGÊNCIA ESTATÍSTICA	39
2 O DEVER FUNDAMENTAL DE PROTEÇÃO DA FAMÍLIA	41
2.1 OS DESTINATÁRIOS DE DEVERES FUNDAMENTAIS NO DIREITO DE FAMÍLIA	43
2.1.1 Deveres em face das crianças, dos adolescentes e dos jovens	46
2.2 RESPONSABILIDADE DOS GENITORES NA CRIAÇÃO DOS FILHOS	47
2.3 A CARACTERIZAÇÃO DO ABANDONO AFETIVO	49
2.4 RESPONSABILIDADE POR ABANDONO AFETIVO NO DIREITO DE FAMÍLIA	55
2.5 ASPECTOS PSICOLÓGICOS e SOCIAIS LIGADOS À AUSÊNCIA PATERNA	58
2.6 A DUPLA ATUAÇÃO DA FIGURA MATERNA NOS CASOS DE AUSÊNCIA PATERNA	62
2.7 A ATUAÇÃO DOS PSICANALISTAS E SUA INTERAÇÃO COM AS FAMÍLIAS	65
3 O DEVER FUNDAMENTAL DA PATERNIDADE E SEUS REFLEXOS	69
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO ECRÍAD	69
3.2 A APLICAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS E SOCIOEDUCATIVAS AOS ADOLESCENTES	74
3.2.1 Medidas de proteção aplicadas ao adolescente	75
3.2.2 Medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente	78

3.3 ANÁLISE DE CAMPO COM JOVENS INFRADORES ATUALMENTE RECOLHIDOS EM UNIDADE DE INTERNAÇÃO.....	82
CONCLUSÃO	110
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	123
APÊNDICE B – Entrevistas com Participantes	126

INTRODUÇÃO

Os deveres fundamentais encontram-se lastreados por todo o ordenamento jurídico brasileiro. Existem deveres que vinculam os cidadãos em suas relações, sejam aquelas com o Estado ou com outros particulares. Assim, é possível dizer que há deveres de cunho econômico, social, cultural, de promoção à saúde, entre outros.

Ainda, há deveres que geram aos pais a atribuição de prestar os cuidados necessários aos filhos. Isso porque a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), em seu artigo 227, assegura à criança e ao adolescente o dever de cuidado e proteção, que englobará a educação, a saúde e outros que se fazem necessários à formação desses indivíduos (BRASIL, 1988).

A afirmativa abarcada pelo art. 227, inserto no título VIII (Da ordem social) e no capítulo VII (Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso) da Constituição, demonstra que é dever da família assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, inúmeros direitos, dentre eles, a convivência familiar, em que, mais do que educar, deve-se criar cidadãos.

O direito de família tem passado por diversas transformações durante os anos e, junto a esses fatos, nasceu a discussão deste trabalho, pois, embora existam diversas mudanças no significado de família, permanecem inalterados os deveres dos genitores para com seus pupilos.

Por outro lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad), seguindo a previsão constitucional, especifica os cuidados na criação dos infantes, assegurando maior proteção às mães, que possuem o primeiro dever de cuidado, advindo desde o ventre materno, quando a genitora precisa realizar consultas, exames e outros procedimentos que se fizerem oportunos para resguardar a integridade física do feto.

A estruturação da família, por vezes, não se alinha da forma esperada pela sociedade, pois, não raras exceções, os lares são formados por apenas um pai ou uma mãe, ou, ainda, somente por avós, tios e outros parentes, quando não por terceiros alheios à família.

Diante desse contexto, surge a discussão entorno desta dissertação, pois estará a carência deixada pelo genitor, ou por quem lhe faça às vezes (figura paterna), contribuindo para a maior delinquência juvenil?

Percebendo a relevância do tema, a discussão aqui travada revela-se de grande magnitude, por trazer consigo um conteúdo que reflete a atual sociedade e que implica o aspecto psicológico do adolescente e o seu desenvolvimento em sociedade.

No desenvolver desse tema, muitos questionamentos serão aventados, já que se discute sobre a importância dos pais no crescimento e desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Em uma visão ampla, não se discute a vinculação e a importância da mãe na relação com o filho. Essa relação existe desde o início da vida, com o cordão umbilical. Noutro giro, o objetivo desta dissertação será abordar a importância da figura paterna na vida e no crescimento do adolescente e, quando de sua ausência, quais prejuízos podem ser experimentados pelos pupilos.

Para analisar esses e outros questionamentos que surgirão no decorrer desta pesquisa, o capítulo primeiro terá por escopo realizar uma busca acerca dos deveres fundamentais, aqueles que vinculam os cidadãos e as relações mantidas com o Estado. Os mesmos deveres podem ser entendidos, também, como de caráter econômico, social e cultural, estando intimamente ligados às obrigações dos indivíduos perante a coletividade e aos deveres que se impõem às pessoas em suas relações para com as outras, como no caso das obrigações dos pais de cuidado e educação dos filhos.

Os deveres fundamentais estão interligados à ausência paterna, já que existe a obrigação dos pais em prestar os cuidados necessários aos seus filhos, haja vista que tais atos visam ao crescimento e desenvolvimento saudável da criança.

Após uma visão geral dos principais conceitos e particularidades que norteiam os deveres fundamentais, surge a necessidade de explicar, de forma centralizada, o dever fundamental de proteção da família. Nesse segundo momento, será possível presenciar os deveres específicos que o Estado, a família e a sociedade exercem na busca de assegurar direitos às crianças e aos adolescentes.

Quando a família negligencia direitos, como os estampados na Carta Magna, que podem ser compreendidos como direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à

liberdade e à convivência familiar e comunitária, ocorre o abandono afetivo, que, em linhas gerais, é determinado pelo inadimplemento dos deveres jurídicos da paternidade.

O abandono afetivo gera diversas responsabilidades cíveis e, por vezes, criminais. Para o estudo do tema de pesquisa, o que se deve pontuar é que o abandono enseja uma responsabilização civil. Ou seja, a gravidade de o pai não conviver com a sua prole e estar ausente é vista como um ato ilícito que é capaz de gerar uma responsabilização. Mas visa-se aqui demonstrar que os prejuízos vão além de um processo judicial, já que o abandono gera consequências psicológicas capazes de inibir o crescimento do adolescente enquanto pessoa na sociedade.

Para alinhar e delimitar o que é considerado ausência paterna, é necessário analisar aspectos sociológicos e psicológicos, pois, como dito, os transtornos causados por esse abandono possuem diversos elementos que interferem diretamente na vida da criança e do adolescente. Nessa trilha, buscar-se-ão informações quanto ao desenvolvimento emocional e comportamental e aos possíveis prejuízos advindos desse abandono, e verificar se eles podem desencadear um adolescente em conflito com a lei.

Buscando elucidar a problemática, foram realizadas entrevistas com alguns psicanalistas, que afirmaram como são as personalidades dos adolescentes apreendidos, os vínculos familiares e as carências pessoais desses sujeitos.

Ao fim, já no último capítulo, como forma de sacramentar as deficiências sofridas pelos adolescentes que são abandonados, foram realizadas entrevistas com 11 jovens, todos apreendidos por cometimento de atos infracionais. A ideia central em ouvi-los reside na tentativa de se construir uma narrativa acerca da possibilidade ou não de a ausência paterna ter relevância na formação e no cometimento de atos ilícitos.

Portanto, visando compreender a temática, tem-se que analisar se a responsabilidade dos pais na educação dos filhos e em sua formação em sociedade é fator determinante para se alcançar os resultados esperados com esta dissertação. Atente-se que não se discute a responsabilidade esculpida pelo Código Civil dos pais para com seus filhos em casos de danos a terceiros ou a si próprios, mas sim os reflexos em âmbito sociológico e psicológico que podem gerar no adolescente a inicialização no mundo dos atos infracionais.

Como mencionado, para criar uma resposta satisfatória ao tema, foi elaborado um estudo de campo com a finalidade de compreender as causas e razões que levaram os jovens entrevistados a serem influenciados no cometimento de delitos, bem como se a ausência da função paterna foi relevante ou não para tal prática.

A presente pesquisa fundamenta-se a partir da utilização do referencial metodológico materialista histórico-dialético de investigação da realidade, numa abordagem qualitativa, de natureza exploratória, cujo delineamento será o estudo de caso e a pesquisa documental. O processo de investigação fundamentado no materialismo histórico e dialético justifica-se por constituir a perspectiva teórica e epistemológica que melhor atende à abrangência da pesquisa, considerando a temática e a busca por explicações, além da opção ético-política do pesquisador.

Para tanto, utilizar-se-á a pesquisa qualitativa, que se caracteriza como aquela em que se busca a compreensão detalhada dos significados e características situacionais representadas por fenômenos e fatos sociais vividos por pessoas e grupos sociais. Justifica-se a abordagem qualitativa tendo em vista o interesse na obtenção de dados subjetivos, não mensuráveis quantitativamente, capazes de contribuir na análise da atuação dos pais na formação do adolescente, bem como da estruturação deste como pessoa, para que possa compreender a sociedade em que vive, tornando-se menos propenso à prática de atos infracionais.